



**FAMA 2018**

FÓRUM ALTERNATIVO  
MUNDIAL DA ÁGUA

Comissão de Povos Originários, Populações e Comunidades Tradicionais

**DOSSIÊ:  
VIOLAÇÕES AOS TERRITÓRIOS  
TRADICIONAIS E CRIMES CONTRA AS  
ÁGUAS**

2018

Realização: Comissão dos Povos Originários e Comunidades  
Tradicionais (PCTS) - FAMA/2018.

Organização:  
Laboratório de Estudos e Pesquisas em Movimentos Indígenas,  
Políticas Indigenistas e Indigenismo e Observatórios dos  
Direitos Indígenas (LAEPI/UnB).

**Apoio:**



## **CARTA-DENÚNCIA DOS POVOS**

**FAMA, 17 A 22 DE MARÇO DE 2018.**

Nós, os Povos Originários e Comunidades Tradicionais do Brasil, os guardiões das águas e da natureza, reunidos no Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA), realizado no período de 17 a 23 de março de 2018, em Brasília-DF, berço das águas, para denunciar ao país e ao mundo as violações à natureza e ao direitos dos povos, trazemos aqui nossas perspectivas sobre as águas, sobre os crimes praticados e seus impactos, sobre a luta, e sobre os desafios e as alternativas para a proteção da vida saudável com qualidade para esta e as futuras gerações, bem como para exigir a responsabilização e reparação pelos danos causados.

Declaramos que as águas são seres sagrados. Todas as águas são uma só água em permanente movimento e transformação. A água é entidade viva, e merece ser respeitada.

Somos água, e existe uma profunda unidade nós e os rios, os lagos, lagoas, nascentes, mananciais, aquíferos, poços, lençóis freáticos, igarapés, estuários e mares, como entidade única.

Nós Povos Originários e Comunidades Tradicionais mantemos uma relação interdependente com as águas, e tudo que as atinge, todos os ataques criminosos que sofre, repercute diretamente em nossa existência, em nosso corpo e mente.

Clamamos por socorro das nossas matas, florestas e águas que vêm sendo violentadas por práticas que levam a contaminação, como a de rejeitos tóxicos das atividades de mineração, do derramamento de esgotos não tratados, de práticas de desmatamento, criação de gados que destrói a natureza e as nascentes acabam secando.

Travamos uma guerra na luta pela garantia do território, cujo lado adversário (fazendeiros, empresários, os poderes públicos, e o capital) adota práticas perversas de nos silenciar. Por esta razão o Estado Brasileiro investe no desmonte dos instrumentos legais que assegura o direito de acesso à terra/água.

É por tudo isso que o sistema capitalista representado pelas grandes corporações nacionais e internacionais aliados ao estado descompromissado com as causas sociais, centram força na privatização da natureza, impedindo que os povos e comunidades tradicionais tenham acesso a água de qualidade.

As empresas estão perfurando grandes poços, ultrapassando todos os lençóis freáticos e atingindo os dois principais aquíferos no Brasil. A promessa de progresso e crescimento econômico foi apenas um cinismo e uma porta aberta para as multinacionais comprarem até a nossa própria vida, pois a água é natureza, e também sujeito de direitos.

Lutamos pelo direito à manutenção e preservação da água como parte elemento da mãe terra. Para nós, sem terra não há água, sem água não há semente, que é fonte da vida.

Lutamos pela demarcação de terras para proteção das nascentes, dos rios, dos lagos, dos mares, entre diversos outros fatores, e enquanto o processo de demarcação não é efetivado, sofreremos ações das devastações do homem branco em nossas terras, destruindo o bioma em diversas formas de extermínio, como o caso dos plantios exacerbados de eucalipto, uso de agrotóxico (chuvas de veneno), entre outros graves impactos sobre a vida das águas. Nas áreas onde as nascentes não estão protegidas, os povos que dependem do pescado para sobreviver estão sofrendo com uma drástica redução dos peixes, devido à contaminação e assoreamento dos rios.

O avanço dos empreendimentos imobiliários, usinas petroleiras, agronegócio entre outros projetos desenvolvimentistas, dentro das nossas terras estão colocando em risco os leitos dos rios, as matas ciliares e o mar, afastando os animais e prejudicando o nosso modo de viver tradicionalmente.

Estamos conscientes de que os desafios são grandes, pois estamos vivenciando crescentes ataques aos direitos conquistados com muita luta, mas ainda acreditamos na possibilidade de defender as águas, por isso nos unimos no intuito de impedir a continuidade do processo de destruição da diversidade e interromper práticas de violação dos direitos já constituídos.

Clamamos pelo respeito a natureza, a vida e a cultura dos povos e comunidades tradicionais. Denunciamos os crimes e exigimos respeito e consideração pelas águas e pelos povos.

Exigimos respeito à Constituição Federal de 1988 e à Convenção OIT nº 169/1989, sobre a consulta prévia aos povos originários e comunidades tradicionais, em qualquer questão relativa as águas, aos territórios, que irão impactar de alguma maneira as tradições e a preservação do ambiente equilibrado, como nos licenciamentos concedidos pelo Governo Federal, bem como ferrovias, hidrelétricas e áreas de preservação, barragens de rejeito, dentre outros projetos que utilizem os recursos naturais.

Nossas tradições nos ensinam a cuidar e a conviver com a natureza viva, e assim fazemos desde sempre, e é isso que queremos ensinar, que é possível o desenvolvimento cuidadoso e equilibrado, onde não se destruam vidas.

Nós, os Povos e Comunidades Tradicionais não estamos somente dando o voz aos humanos, mas aos seres, humanos e da natureza, que vivem e que tem essa relação estreita com a terra/águas, como um só corpo. Por isso, nossa resistência se fundamenta em nossa consciência do vínculo sagrado que nos conecta com as águas, indissociável da vida, e determinada por uma relação ancestral, atual e futura.

**Matar as águas é nos matar !!! Lutamos pela vida, nossa e de nossos filhos e netos.**

Assinam:

Dalto – Povo Guarani

Ahugu – Povo Kalapal

Douglas – Povo Krenak

Nando – Potiguara

Carlinho – Pescador

Beto – Pescador

Celia – Mangueazal

Rodrigo -

Rubem – Retireiro do Araguaia

Josana – Pescadora

Airi – Povo Gavião

Francine – Quilombola

Marciano – Povo Guarani

Ana – Xingu para Sempre

Iremar – Ribeirinho

Maria Betania – Povo Macuxi

Marta – Reserva Marinha

## Apresentação

O que até agora a sociedade nacional compreendeu sobre as águas decorre de discursos formulados e recriados na lógica moderno/colonial e com este o predomínio da dinâmica mercantilista dos bens do mundo. No entanto, há modos de ser e viver distintos que apontam para outro campo de saberes que confrontam com a lógica do capital. Significa dizer que há um campo aberto que não se compatibiliza com o conhecimento hegemônico sobre a água e sobre as formas de dominialidade, quais sejam os saberes e as vivências dos Povos sobre as águas, com as águas, e pelas águas.

A consequência de políticas economicistas é predominantemente de destruição da terra/água comprometendo não só as gerações presentes, mas também as gerações futuras. Não se sabe bem como estas ações podem ser interrompidas ou impedidas, ou reconfiguradas, pois a questão da gestão da água pelos governos tem sido levada silenciosamente, por meio de medidas tomadas sem consulta aos povos e comunidades interessadas ou envolvidas, com pouco ou nenhum compromisso humanístico.

Nos últimos anos, os países da América Latina assumiram um papel chave no que tange aos debates globais sobre causas e soluções para problemas ambientais, assim como também se confirma como um dos principais *locus* planetário de reservas de recursos naturais. Mas o Estado Brasileiro intencionalmente deixou de lado esse debate, passando a passos largos do controle dos abusos e das ilegalidades cometidas contra as águas, contra os povos e contra as culturas, em nome de um modelo de desenvolvimento que não foi pactuado com os povos originários ou com as comunidades tradicionais de múltiplas configurações sociais e políticas. Se pensarmos que a América Latina é a região do mundo que apresenta a mais confortável relação entre disponibilidade hídrica e que aqui se concentra 6% da população e 26% da disponibilidade hídrica superficial do mundo, segundo dados da UNESCO de 2012, dos quais o Brasil possui 12% de todo o volume disponível no planeta, silenciar ou ocultar sobre as formas da distribuição do acesso, do uso e da exploração das águas de superfície e subterrâneas que impacta a vida e a existência de comunidades inteiras é criminoso.

Que dizer dos crimes ambientais e culturais decorrentes do modelo ocidental de “desenvolvimento” nos quais grande parte dos projetos – públicos ou privados – são executados nos territórios das águas dos povos originários, dos quilombos, de territórios de comunidades de pescadores, de retireiros, de tiradores de Caranguejo, de marisqueiras, de

jangadeiros, dos caiçaras, dos extratores de berbigão, dos pescadores artesanais, dos ribeirinhos, das quebradeiras de coco, dos faxinalenses, das benzedadeiras, dentre muitas outras. Esse modelo, igual que em outros países, subtrai destes Povos o controle territorial, a governança da água, e conseqüentemente impedem que preservem sua cultura e que vivam. Não só as águas estão morrendo, mas também, os animais, as florestas, as matas, os campos, impactados pela mineração, hidrelétrica, garimpo do ouro, barragens, contaminação por agrotóxicos, não tratamento dos resíduos e descarte ilegal nos rios, queimadas intencionais, pesca predatória, pela instalação de parques eólicos, especulação imobiliária, empreendimentos turísticos, obras em megaeventos, pecuária, hidrovias, portos, estradas, licitação fraudulenta de águas minerais, roubo de água, carnicultura, privatização dos rios, lagos, lagoas e mares, remanejamentos compulsórios e deslocamentos forçados ameaças de mortes, homicídios, despejo, restrição de acesso aos territórios, e principalmente pelo desprezo aos povos originários e comunidades tradicionais,

Nesse contexto e no marco da realização do Fórum Alternativo Mundial da Água, este documento reúne registros de crimes contra as águas e contra a cultura de Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil, na última década deste século XXI. Trata-se de documentação composta de textos escritos, fotocopiados, imagens, vídeos, gráficos e outros registros da memória e da vivência dos povos originários e comunidades tradicionais, organizado a partir dos riscos socioambientais e culturais no âmbito das bacias hidrográficas. Todas as denúncias constarão de um volume próprio, sendo que esta é a primeira parte, a qual contém a Carta dos Povos e os registros das problemáticas que envolvem os povos originários e as comunidades tradicionais nos seus espaços de águas sagradas nas regiões do: Rio Doce, Rio Xingu, Rio Tapajós, Rio Araguaia/Pantanal, Rio Uraricoera, Rio Murucupi, Berço das Águas/ Centro Oeste, Costeiro-Marinho. O objetivo de reunir essa documentação é subsidiar as ações de enfrentamento das violações, sistematizando dados, notícias, relatos e outros elementos para, principalmente, garantir o monitoramento, controle e investigação e responsabilização dos culpados pelos crimes causados a mãe terra/água.

#### **Comissão de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais - PTCs**

Equipe de apoio técnico.

Gabriel Mendes Ciritatio – Bolsista – LAEPI/OBIND/UnB

Jonathan Gassner – Bolsista – LAEPI/OBIND/UnB

Bianka Ferreira – Bolsista – LAEPI/OBIND/Unb

## Sumário

CARTA-DENÚNCIA DOS POVOS.....	3
Apresentação.....	6
1. RIO ARAGUAIA.....	9
2. <b>AQUIFERO GUARANI</b> .....	10
3. RIO DOCE.....	12
4. RIO MURUCUPI.....	14
5. RIO SÃO FRANCISCO.....	16
6. RIO TAPAJÓS.....	18
7. <b>RIO TELES PIRES</b> .....	21
8. RIO URARICOERA.....	24
9. RIO XINGU.....	26
10. COSTEIRO-MARINHO.....	29
Referências.....	31
ANEXOS – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS.....	32
I – Acervo documental.....	32
II – Acervo de videos - Filmes e documentários.....	37



## **1. RIO ARAGUAIA**

O Rio Araguaia, localizado nas mesorregiões Nordeste do Estado de Mato Grosso e leste do Estado do Tocantins, onde vivem povos e comunidades tradicionais que sofrem com o roubo da água. A grilagem de terras constitui a forma mais antiga de dilapidação do patrimônio público e erosão das relações sociais no Brasil. Por sua primordialidade e extensão, pode-se afirmar que os danos decorrentes da grilagem de terras excedem em muito aqueles causados pelos modernos esquemas de corrupção, com complexa engrenagem financeira, que ocupam atualmente o noticiário nacional. Em algumas regiões do Brasil, entre elas poderíamos incluir grande parte do Vale do Araguaia, no estado de Mato Grosso, o caos fundiário é tamanho que as falhas estruturais em políticas públicas que comprometem direitos fundamentais, ante a dificuldade de o poder público assegurar a vigência do ordenamento jurídico. A convivência conflituosa do agronegócio com grupos étnicos minoritários produz uma guerra surda, cotidiana, agravada pela atuação ineficaz do poder público.

## 2. AQUÍFERO GUARANI

O Sistema Aquífero Guarani (SAG) é uma das duas maiores reservas subterrâneas de água do Brasil e uma das maiores do mundo, com 1,2 milhão de quilômetros quadrados de extensão em quatro países: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Dessa área, 840.000 quilômetros quadrados ficam no território nacional. Segundo especialistas, o reservatório pode ter um volume de até 40 mil quilômetros cúbicos de água entre suas rochas, manancial equivalente a 16 bilhões de piscinas olímpicas ou 100 anos de fluxo cumulativo do rio Paraná. O maior deles, no entanto, é o Sistema Aquífero Grande Amazônia (Saga), com reservas estimadas em 162 mil quilômetros cúbicos. De acordo com pesquisadores da Universidade Federal do Paraná (UFPA), isso seria o suficiente para abastecer a população atual do mundo, 7 bilhões de pessoas, por 250 anos, considerando um consumo individual médio de 150 litros de água por dia e uma expectativa de vida de 60 anos. Essas reservas não são, como se poderia imaginar, rios ou lagos subterrâneos. São como espécies de esponjas gigantes, com a água ocupando os interstícios das rochas, como poros, fissuras ou rachaduras. Em linguagem mais técnica, um aquífero é definido como uma unidade geológica saturada pela água, constituída de rocha ou sedimento, suficientemente permeável para permitir sua extração de forma econômica e por meio de métodos convencionais. Águas subterrâneas, por todas as suas dificuldades de acesso, dinâmicas muito específicas e dispendiosas, além de certamente carência de competências para lidar com os temas, tendo ficado até recentemente como tema subalterno.

A gestão compartilhada das águas transfronteiriças - as que se distribuem por mais de um país como um corpo d'água superficial ou como reserva subterrânea -, tem sido um dos temas mais debatidos desde meados do século XX. Entretanto, é da abundância e dos mistérios da água subterrânea que a crise mundial começa a se atentar, para certamente 'lançar mão'. Daí, reservas de água terem um sentido complementar de 'estratégico' sendo esse recurso natural tido como valiosa [*commodity*]. E as descobertas tem demonstrado que a maior parte das águas subterrâneas ganha sua qualificação na geografia política ao serem denominadas de transfronteiriças.

No continente americano do sul, o Aquífero Guarani foi o nome que, em 1996, o geólogo uruguaio Danilo Anton propôs para denominar um imenso lençol subterrâneo de água que abrange partes dos territórios do Uruguai, Argentina, Paraguai e principalmente, Brasil. Denominado como "Sistema Aquífero Guarani (SAG)", já que se trata de um conjunto heterogêneo de 'unidades hidroestratigráficas' que podem conter muita, pouca ou nenhuma

água. Dessa forma, nem todas as regiões, porém, são beneficiadas pelas bordas de afloramento e seus arredores, onde as águas costumam ter mais qualidade. A maior extensão das áreas privilegiadas fica no Paraguai, em São Paulo, no Rio Grande do Sul e no Mato Grosso do Sul. O conceito de desenvolvimento utilizado subliminarmente nos produtos apresentados pelo Projeto SAG era aquele naturalmente estabelecido pelos financiadores dessa iniciativa, pois o Projeto contou com o apoio de fundos de doação provenientes do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF por sua sigla em inglês), que foram implementados pelo Banco Mundial e executados pela Organização dos Estados Americanos (OEA).

Em 2010 foi apresentada a proposta de implementação do Acordo do Aquífero Guaraní firmado pelos Governos da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Em matéria de acordo de aquíferos com águas transfronteiriças seguramente esse é o mais importante, pela sua magnitude e representação regional. O Acordo não trata com precisão a estrutura institucional para sua implementação e não conta com um Estatuto detalhando o arranjo institucional com capacidade de proporcionar a gestão integrada das águas transfronteiriças, superficiais e subterrâneas. Constata-se ainda, que os quatro países possuem em seus marcos legais sobre meio ambiente e recursos ambientais, as configurações sobre o conceito de dominalidade da água, particularmente a voltada às águas subterrâneas.

### **3. RIO DOCE**

Em 05/11/2015, por volta das 15:00 horas, houve o rompimento da barragem Fundão e o galgamento dos rejeitos de mineração sobre a barragem Santarém, localizadas no Complexo Industrial de Germano, Município de Mariana/MG, ambas operadas pela Samarco Mineração S.A, e localizadas na Bacia do Rio Gualaxo do Norte, afluente do Rio do Carmo, que é afluente do Rio Doce. O citado rompimento gerou ondas de rejeitos de minério de ferro e sílica, entre outros particulados, que pela velocidade e volume ocasionaram e continuam causando impactos ambientais e sociais imensuráveis ao longo de toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce. A SAMARCO MINERAÇÃO S.A. é uma mineradora controlada pela VALE S.A. e pela BHP BILLITON BRASIL LTDA. Fundada em 1977, explora a Mina de Germano, localizada no distrito de Santa Rita Durão, em Mariana, MG – e integrante do Complexo Alegria. A mineradora trabalha com o beneficiamento de minério de ferro, que por fim é escoado para o Espírito Santo por meio de minerodutos. Os rejeitos produzidos na Mina de Germano são depositados em barragens localizadas nas suas proximidades, entre elas, a Barragem de Germano, a Barragem de Fundão e a Barragem Santarém. Como resultado de falhas previsíveis – e efetivamente previstas – em sua estrutura, o rompimento da Barragem de Fundão matou dezoito pessoas e deixou uma desaparecida, permitindo o acesso imediato de pelo menos 34 milhões de metros cúbicos de lama em direção ao rio Doce até o mar capixaba, sendo que outros 16 milhões de metros cúbicos continuam escoando lentamente. No meio do caminho, os rejeitos deixaram mais de trezentas famílias desabrigadas e dezenas de cidades sem abastecimento de água por diversos dias. foram destruídas grandes extensões de matas ciliares, diversas nascentes foram soterradas, o Oceano Atlântico, a partir de Regência/ES, foi poluído pela lama e muitos animais morreram ou foram vistos agonizando nas margens do Rio Doce e toneladas de peixes mortos foram recolhidos na região afetada. O maior desastre ambiental do Brasil – e um dos maiores do mundo – provocou danos econômicos, sociais e ambientais de expressiva monta. Os prejuízos que se viram às primeiras horas e que aumentaram com o passar do tempo, projetam-se mesmo hoje como um devir que não tem tempo certo para findar. Danos contínuos e, em sua maioria, perenes. Danos que, somente por meio de uma perícia multi e transdisciplinar, poderão ser aferidos, mas que já podem, naquilo que já é visível, ser definidos.

Os impactos foram sentido sobre as águas atingindo o Córrego Santarém, Rio Gualaxo do Norte e Rio do Carmo, Rio Doce e seus afluentes. Com o rompimento da barragem de

Fundão, despejando, aproximadamente, 50 milhões de metros cúbicos de rejeitos, o rio Doce, rio federal que compõe uma das principais bacias hidrográficas do país, foi profundamente afetado pela onda de lama oriunda daquela estrutura. Após o rompimento da barragem, a onda de lama galgou a barragem de Santarém, soterrou o distrito de Bento Rodrigues e continuou o seu caminho até atingir o Rio Gualaxo do Norte, Rio Carmo e, por fim, o Rio Doce. Ao longo do percurso dos rejeitos, solos e vegetação foram arrastados, prejudicando o espaço físico habitat de diversas espécies de flora e fauna, além de provocar a mortandade de incontável número de animais. Atingiu também regiões estuarinas, costeiras e marinha. Relatórios Técnicos elaborados pelo Instituto Estadual de Florestas em Minas Gerais, ao analisarem os impactos diretos e indiretos decorrentes da ruptura da barragem de Fundão, também foram categóricos em atestar os danos infligidos à fauna, especialmente no tocante ao Parque Estadual Sete Salões e Parque Estadual do Rio Doce. A degradação ambiental tem efeito catastrófico na economia de subsistência desses povos e na própria possibilidade de reprodução do grupo como entidade coletivamente diferenciada, provocando a dissolução progressiva das comunidades tradicionais ou a acentuação de processos migratórios, com o abandono de territórios tradicionais em direção aos centros urbanos.

O rompimento da barragem de Fundão acarretou a imediata perda de recurso natural central para a alimentação e para a vida cultural de comunidades indígenas e ribeirinhas localizadas na bacia do Rio Doce. Destaca-se a gravidade dos impactos vivenciados pelos povos indígenas Krenak, Tupiniquim e Guarani, bem como pelos quilombolas, ribeirinhos e pescadores artesanais. Todos impactados de modo profundo com a morte do Rio Doce.

#### 4. RIO MURUCUPI

A Bacia Hidrográfica do Rio Murucupi localiza-se no Município de Barcarena, território do baixo Tocantins que integra a região nordeste do Estado do Pará. Os territórios que compõem esta bacia englobam dois distritos do município: a Vila do Conde e a Vila de Murucupi (ver Silva, ). O rio Murucupi, afluente do furo do Arrozal, é o principal curso d'água desta bacia hidrográfica e compreende uma área de 30 km<sup>2</sup>, que se estende no sentido sudoeste a nordeste. É constituída por um canal principal de 7 km de comprimento, o qual apresenta quatro igarapés e um furo, situados à margem esquerda e 26 igarapés à margem direita. As comunidades tradicionais, ribeirinhas e quilombolas de Barcarena mantêm forte identidade com as águas, uma vez que seu território é cercado por igarapés. Há algumas décadas atrás as famílias tinham como atividade principal a pesca, mas os peixes praticamente desapareceram por causa da contaminação das águas, causando forte impacto na soberania alimentar das comunidades, além das alterações na dinâmica social das famílias. O vazamento e o transbordamento de rejeitos da barragem da refinaria de alumina *Hydro Alunorte* ocorreram entre os dias 16 e 17 de fevereiro de 2018, sendo confirmados pelo Instituto Evandro Chagas (IEC), Órgão vinculado à Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (MS), após denúncias de famílias de diversas comunidades do município de Barcarena. Foram encontrados os elementos chumbo, sódio, nitrato e alumínio em níveis acima do permitido nas amostras de água do igarapé denominado Bom Futuro. Comunidades ribeirinhas e quilombolas foram inundadas e os rios, igarapés e poços artesianos, contaminados.

A refinaria *Hydro Alunorte* pertence à mineradora transnacional *Norsk Hydro*, que possui também a fábrica de alumínio *Albras*, e a Companhia de Alumina do Pará, todas no município de Barcarena. A empresa detém ainda a *Mineração Paragominas S.A.*, que explora bauxita no município de Paragominas (PA). Esses tipos de empreendimentos têm recebido forte apoio do governo do Estado do Pará. Em 2017, por exemplo, a receita bruta da mineradora foi de R\$ 45 Bilhões. Apesar dos altos ganhos da empresa, o governo do estado do Pará isentou a *Norsk Hydro* de pagar o ICMS da conta de energia entre os anos de 2015 e 2030. Com isso a empresa deixará de pagar aos cofres do estado cerca de R\$ 500 milhões anuais até 2030. A perda dos paraenses com a medida será de R\$7,5 bilhões.

A exploração de alumínio se tornou um problema de saúde pública no município de Barcarena. A atividade industrial é a grande responsável por problemas ambientais, sociais e

trabalhistas. A qualidade da água nas áreas do entorno das atividades industriais foram reprovadas em mais de 90% dos casos por fatores de controle químico ou microbiológico, de acordo com o relatório parcial feito pelo Instituto Evandro Chagas (IEC).

O processo de instalação dos empreendimentos industriais no município de Barcarena teve início na década de 1980, com a implantação das empresas Albrás e Alunorte. A chegada desses empreendimentos impôs fortes alterações na organização das comunidades, trazendo uma nova configuração social, econômica e ambiental na região, tendo em vista que a efetivação do complexo urbano-industrial, somente foi possível com o remanejamento das famílias tradicionais e ribeirinhas para outras áreas.

Dados divulgados pelo MAM (Movimento pela Soberania Popular na Mineração) revelam que A *Hydro Alunorte* foi reponsável por 35 acidentes ambientais em Barcarena e a empresa não pagou por nenhum deles. Há denúncias de acidentes ambientais causados pela mineração no município desde o ano de 2003 (<http://mamnacional.org.br/2018/03/02/1551/>).

As famílias de ribeirinhos e quilombolas de Barcarena tiveram que continuar usando a água contaminada por chumbo, nitrato, sódio e alumínio. Diante da situação vivenciada, membros do MAN relatam que querem que os impactos sejam apurados de verdade.

## 5. RIO SÃO FRANCISCO

O rio São Francisco representa cerca de 60% das reservas de águas do Nordeste Brasileiro. Conhecido como rio da integração nacional, compõe seis estados, 504 municípios e banha os biomas mais ameaçados do país – a caatinga e o cerrado. A região do Sertão do São Francisco é marcada por grande sociodiversidade, tendo em vista que vivem as suas margens, e dele dependem para a perpetuação de suas comunidades cultura e tradições, diversos povos e comunidades tradicionais – indígenas<sup>1</sup>, ribeirinhos, colônia de pescadores e quilombolas. A dependência dessas populações e sua convivência com o rio faz com que seja inteiramente adequado percebê-las como segmentos sociais de alta vulnerabilidade; sofrem com os impactos de ordem ambiental, social e territorial gerados a partir da execução e operação de grandes projetos de infraestrutura como - o caso da Transposição do Rio São Francisco<sup>2</sup>.

Considerada uma das maiores obras de infraestrutura do país, o Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional, mais conhecido como o Projeto de Transposição do Rio São Francisco, prevê o aumento da oferta hídrica a região do sertão e o benefício a população de quatro estados brasileiros – Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba - aproximadamente 12 milhões de habitantes.

O Rio São Francisco é um exemplo de recurso natural, que garante a vida de centenas de famílias no nordeste brasileiro, no entanto nele são jogados todos os tipos de poluentes principalmente os agrotóxicos suas águas são transpostas para irrigação de cultivo de monocultura da manga, uva, melão e cebola. Além dos impactos causados pela hidrelétricas que provocam o remanejamento compulsório e o deslocamento forçado.

No entanto, o processo migratório de desterritorialização e reassentamento de povos e comunidades tradicionais impostos pela construção da obra, juntamente à dispersão populacional e a negação identitária, faz com que essas comunidades se sintam na iminência de serem privadas do acesso a terra, a cultura e aos valores tradicionais dos seus povos<sup>3</sup> O direito ao território, estabelecido no art. 231 da Constituição Federal e nos arts. 13 a 18 da Convenção 169 da OIT não tem sido devidamente respeitado nem considerados os saberes e tradições socioculturais destas populações. Desde 2012, vêm sendo desenvolvidos acompanhamentos e investigações junto as populações vulnerabilizadas pela transposição do rio. Análises documentais e denúncias reunidas acerca dos impactos sociais decorrentes da obra permitiram o conhecimento de indicadores relacionados à vulnerabilidade dos povos e comunidades tradicionais; sublinham, assim, a importância da gestão e do acompanhamento



da situação social que se encontra a população atingida na região, bem como da construção de uma estratégia para manutenção dos interesses sociais e para mitigação dos impactos relacionados ao acesso a água. A partir desses acompanhamentos, foram relatados por populações diretamente afetadas pela transposição do rio São Francisco, problemas como - incompatibilidade entre as obras de compensação do projeto de reassentamento e a entrega as comunidades; desabastecimento hídrico de regiões; desproporção nos valores oferecidos como indenização às desapropriações; processos de demarcação de terras não reconhecidas; diminuição da produção agrícola; danos patrimoniais e simbólicos; assédio sexual; problemas de gênero e violação de direitos humano<sup>4</sup>.

## 6. RIO TAPAJÓS

A bacia hidrográfica do Rio Tapajós estende-se pelos estados do Pará, Mato Grosso e Amazonas, conectando dois grandes biomas – o Cerrado e a Amazônia. Com aproximadamente 1800 km de comprimento, é a quinta maior bacia do sistema hidrográfico da Bacia Amazônia. Habitam suas margens e de seus afluentes Juruena, Arapiuns, São Manoel (Teles Pires), Cururu, Crepori, Rio das Tropas e Jamanxim, milhares de indígenas, comunidades tradicionais e camponeses, contornando a história do fluxo de suas águas. A maior parte dessas populações conhece sua identidade a partir do rio, seja porque sua origem remonta à própria origem dessas águas, como no caso dos Munduruku, seja porque se reconhecem como “ribeirinhos” ou “beiradeiros”, portanto, o seu “ser” se define a partir da beira do rio.

Os Munduruku e os beiradeiros recordam que a cor da água de seu rio sagrado já não é mais a mesma e isso indica que ela está poluída e contaminada principalmente pela atividade garimpeira. A garimpagem no rio Teles Pires remonta ao século XVIII, mas a exploração do Tapajós inicia-se em 1958, no afluente rio das Tropas, quando Nilson Pinheiro descobre grandes jazidas de ouro. Quase 60 anos de atividade mineral alteraram significativamente os ecossistemas da região, provocando assoreamento de igarapés, redução da quantidade de peixes, entre outros impactos notados pelos seus habitantes. A principal ameaça à saúde das populações está relacionada às elevadas taxas de mercúrio presentes na água e nos peixes.

Nos formadores do Tapajós, os rios Teles Pires e Juruena, a situação é ainda mais grave. Além da contaminação pela atividade minerária, há contaminação também por agrotóxicos, utilizados nas plantações de soja que avançam do estado do Mato Grosso ao Pará. Os indígenas Munduruku e Apiaká, bem como quilombolas e pescadores artesanais do Planalto Santareno, já no Baixo Tapajós, vivem a mesma situação. Igarapés e até os próprios alimentos já estão contaminados, o que significa que as águas mais profundas dos lençóis freáticos também estão sendo atingidas.

Os povos indígenas e comunidades tradicionais da bacia do Tapajós enfrentam, ainda, planos de instalação de um complexo logístico e energético nas regiões do Baixo, Médio e Alto Tapajós. Fundamentalmente distinta da concepção dos indígenas e ribeirinhos, que constituem seu modo de existência em estreita relação com o rio, o governo e as grandes empresas concebem o Tapajós como fonte de recursos energéticos e como rota de escoamento de commodities (principalmente a soja produzida no norte de Mato Grosso). Para sustentar a

exportação de produtos agrícolas e minerais há nos planos e programas governamentais, a partir da combinação de investimentos públicos e privados, projetos diversos para a ampliação da infraestrutura da região. Estão previstas 43 hidrelétricas de grande porte para toda a bacia. As duas maiores obras desse complexo são as usinas hidrelétricas (UHEs) de São Luiz do Tapajós e de Jatobá, para as quais estão previstos reservatórios de 729km<sup>2</sup> e 646,3 km<sup>2</sup> respectivamente – que podem inundar as zonas rurais dos municípios de Itaituba e Trairão. Enquanto São Luiz do Tapajós poderá destruir a Terra Indígena Sawré Muybu (tradicionalmente habitada pelo povo Munduruku, como confirmaram estudos técnicos da Funai em 2013), a UHE de Jatobá, caso saia do papel, inundará a área da comunidade ribeirinha de Montanha e Mangabal, que habita a região há pelo menos dois séculos. Apesar de representar uma ameaça direta à continuidade do modo de vida tradicional dos indígenas e ribeirinhos – uma vez que inundando essas áreas, as UHEs afetarão de forma imensurável os vínculos das comunidades com as suas terras e com o rio –, os Munduruku e os moradores de Montanha e Mangabal não foram consultados, no processo de licenciamento ambiental, conforme determinam tanto a Convenção 169 da OIT como os protocolos de consulta desenvolvidos pelas comunidades.

Com efeito, os estudos de impacto socioambiental de São Luiz do Tapajós, por exemplo, se mostraram falhos em diversos pontos – um problema que suscitou reações de diversos setores da sociedade e chamou a atenção da imprensa estrangeira. Além das obstinadas manifestações das comunidades do Tapajós contra o complexo hidrelétrico – que, entre outras ações, têm denunciado nacional e internacionalmente a sistemática violação dos seus direitos –, pesquisadores, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e o Ministério Público Federal têm se empenhado em debater a fundo os reais impactos que as UHEs podem trazer para toda a bacia do Tapajós. Nesse sentido, destacam-se o relatório independente produzido por especialistas junto ao Greenpeace, em 2015 (cf. anexo I), e a audiência pública “Licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós: irregularidades e possíveis impactos do projeto”, promovida pelo Ministério Público Federal em Santarém, em 2016 (cf. anexo II).

Depois de anos de lutas travadas em âmbito político e jurídico, os Munduruku, ribeirinhos, movimentos sociais e Ministério Público Federal obtiveram importante vitória: em 4 agosto de 2016, o IBAMA arquivou o licenciamento de São Luiz do Tapajós, apontando falhas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e indicando pendências em relação ao chamado “Componente Indígena” desse estudo – pendências essas que se ligam diretamente à morosidade no processo de regularização fundiária da TI Sawré Muybu, interrompido até

abril de 2016, em função de forte pressão do chamado “setor elétrico” sobre a Funai (Alarcon et. al., 2016; Loures, 2017; Molina, 2017). Vale notar que a própria FUNAI se manifestou pela inconstitucionalidade do projeto, já que este acarretaria na remoção de aldeias munduruku.

Estreitamente relacionado aos projetos hidrelétricos está o projeto de construção de uma hidrovía ligando os rios Tapajós-Teles Pires-Juruena, o qual, combinado à pavimentação da BR 163 (quase concluída), ao projeto de uma ferrovia - Ferrogrão - e à instalação de uma série de ETCs (Estação de Transbordo de Cargas), consolidaria a chama “saída pelo norte”: um grande plano logístico que visa reduzir os custos do escoamento da produção de soja do Mato Grosso para o exterior.

Essas obras vêm sendo implantadas à revelia das próprias leis, já que grandes portos graneleiros já foram construídos em Santarém e Miritituba, e duas grandes hidrelétricas represam o rio Teles Pires: tudo sem que tenha sido instalado um Comitê de Bacia Hidrográfica no Tapajós, e sem que os povos indígenas e tradicionais tenham sido consultados, conforme prevê a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário.

## 7. RIO TELES PIRES

A respeito das violações acerca dos direitos das populações indígenas que vivem no Rio Teles Pires, afluente da bacia do Tapajós na Amazônia, é possível delimitarmos como exemplo o caso da Usina Hidrelétrica (UHE) São Manoel, que teve sua construção concluída mais recentemente e em janeiro teve sua operação comercial autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), mesmo com as irregularidades do empreendimento.

A UHE São Manoel é objeto de sete Ações Civis Públicas (ACPs) do Ministério Público Federal desde 2011, citando ilegalidades que incluem a falta de consulta e consentimento livre, prévio e informado junto aos povos indígenas, estudos de impacto ambiental incompletos, ameaças a indígenas em isolamento voluntário, e repetido descumprimento das condicionantes de licenças ambientais pelos empreendedores. Antes dela, a UHE Teles Pires, que entrou em operação em 2015, passou por problemas muito semelhantes, que resultaram também em ACPs interpostas pelo MPF.

O processo de implementação da UHE São Manoel, feito pela Empresa de Energia São Manoel (ESSM), não cumpriu a convenção 169 da OIT que prevê a consulta livre, prévia e informada dos povos indígenas sobre ações em seus territórios, inclusive desrespeitando o protocolo de consulta do povo Munduruku.

A ausência de consulta resulta, entre outras coisas, em um Projeto Básico Ambiental Indígena (PBAI) do empreendimento feito de forma arbitrária, sem participação dos indígenas das etnias Kayabi, Apiaká e Munduruku que vivem às margens do rio Teles Pires, e muitas vezes apenas repetindo o que estava previsto no PBAI da Usina Teles Pires.

Os impactos da implementação da Usina São Manoel já são sentidos desde o ano de 2013, e as compensações não acompanham o ritmo dos danos causados. O Fórum Teles Pires preparou um dossiê independente (que pode ser acessado no link) mapeando as degradações ambientais e impactos sociais. Além disso, eram previstos indicadores para saúde indígena que deveriam ser encaminhados pela SESAI e analisados pela EESM, no entanto, estes indicadores não foram levantados. De todas as seis condicionantes da Licença de Instalação da Usina São Manoel apenas duas foram atendidas, as outras foram “parcialmente atendidas”, expressão alternativa usada pela FUNAI para não usar o termo “não atendido”.

O nível do rio Teles Pires tem variado drasticamente, desde agosto de 2017. A alteração das águas não é um efeito da vazante natural do rio, mas sim do início dos testes do enchimento do reservatório da UHE São Manoel. A alteração do nível do rio foi denunciada por

lideranças da etnia Kayabi e Munduruku, que não foram informadas sobre a realização dos testes no reservatório.

A Usina São Manoel faz parte de um complexo de cinco empreendimentos previstos para implementação no rio Teles Pires, que, no entanto, foram tendo seus planos de compensação ambiental emitidos de forma independente, sem considerar que eles afetam o ecossistema e os povos da região como um todo, ou seja, sem uma avaliação de impacto cumulativo entre os empreendimentos. Para exemplificar o quão grave é a situação, foram dois os reservatórios de usinas sendo enchidos simultaneamente no segundo semestre de 2017: das usinas Colíder e São Manoel.

Além dos aspectos sociais e ambientais, os danos espirituais causados pela implementação dos empreendimentos no rio Teles Pires impactaram profundamente os povos da região, fato que motivou a ocupação pacífica do canteiro da Usina São Manoel em julho de 2017, quando o povo Munduruku reivindicou reparações pelas violações de seus locais sagrados, dentre os mais graves: a destruição de locais sagrados - a Sete Quedas (Karobixexe) e o Morro dos Macacos (Dekuka'a) -, além de corromperem 12 urnas funerárias de ancestrais Munduruku, que ficaram de posse da empresa, em Alta Floresta, Mato Grosso.

Para impedir as mobilizações dos munduruku do Rio Teles Pires, desde outubro de 2017 a Força Nacional encontra-se no local das obras da Usina São Manoel. No dia 1 de março de 2018, o recém-criado Ministério da Segurança Pública publicou Portaria no Diário Oficial da União estendendo a presença dos soldados na região do rio Teles Pires, na fronteira entre os estados de Mato Grosso e Pará, por mais três meses. A Portaria reforça uma agenda de militarização da relação do atual governo com manifestações da sociedade brasileira, fechando a possibilidade de diálogo e valendo-se de expediente não-democrático na garantia do interesse das empresas exploradoras do potencial energético na Amazônia.

O relatório, elaborado por integrantes do Fórum Teles Pires (FTP) apresenta uma análise resumida de processos de planejamento, licenciamento ambiental e implantação das UHEs Teles Pires e São Manoel, duas entre quatro grandes barragens em construção no rio Teles Pires, afluente do rio Tapajós, na divisa entre os estados de Mato Grosso e Pará.

No trabalho são destacados atropelos e outros conflitos relacionados ao não cumprimento da legislação ambiental e o desrespeito aos direitos humanos, assim como suas consequências para as condições de vida dos povos indígenas de três etnias (Kayabi, Apiaká e Munduruku) que vivem na Terra Indígena Kayabi, localizada a jusante das duas barragens. A preparação do relatório envolveu a análise de documentos oficiais de empreendedores, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), da Fundação

Nacional do Índio (FUNAI), além das Ações Cíveis Públicas (ACPs) ajuizadas pelo Ministério Público Federal sobre irregularidades nos processos de planejamento e licenciamento ambiental das UHEs Teles Pires e São Manoel. A fonte mais significativa de informações foi um processo de diagnóstico participativo, junto às comunidades indígenas, sobre impactos das duas barragens em seus territórios, modos de vida e direitos.

Assim, as informações contidas no relatório são fruto de atividades conjuntas com os povos Kayabi, Apiaká e Munduruku que incluíram: 1) uma oficina sobre direitos indígenas e grandes empreendimentos, realizada com as três etnias na aldeia Teles Pires em abril de 2015, 2) uma oficina sobre monitoramento participativo de impactos socioambientais de hidrelétricas no rio Teles Pires, realizado na cidade de Alta Floresta em março de 2016, 3) uma reunião do Fórum Teles, em Alta Floresta, em outubro de 2016, e 4) a expedição de uma equipe multidisciplinar do Fórum Teles Pires que visitou as aldeias Kururuzinho (Kayabi), Teles Pires (Munduruku) e Mayrowi (Apiaká) ao longo de duas semanas em fevereiro de 2017. As metodologias escolhidas para tais iniciativas sempre buscaram privilegiar o engajamento das populações indígenas e a valorização de seus conhecimentos em atividades como reuniões, entrevistas e observações de campo.

.

## 8. RIO URARICOERA

Atualmente, uma das principais fontes de contaminação ambiental por mercúrio são os garimpos de ouro. O mercúrio e seus compostos têm como alvos primários de toxicidade nos seres humanos os sistemas nervoso central, urinário e cardiovascular. Além disso, os sistemas respiratório, gastrointestinal, hematopoiético, imunológico e reprodutivo também podem ser afetados. O metilmercúrio também é capaz de atravessar as barreiras hematoencefálica e placentária, convertendo mulheres em idade reprodutiva, fetos e crianças menores de dois anos em grupos mais vulneráveis aos efeitos deletérios do metilmercúrio (ATSDR, 1999; WHO, 2008).

No Estado de Roraima, a mineração de ouro começou a se estabelecer a partir da década de 1980, ocasionando além de contaminação ambiental por mercúrio, a desestruturação de inúmeras aldeias, o esgotamento de recursos naturais da fauna e da flora, surtos de malária marcados por alta letalidade, entre outros agravos e problemas sociais que incluem alcoolismo, prostituição e toda sorte de delitos (Kopenawa & Albert, 2015; Albert & Miliken, 2009; Pithan et al., 1991; Ramos, 1987). No rastro da invasão garimpeira na Terra Yanomami um episódio extremamente traumático foi registrado em 1993, quando 22 garimpeiros invadiram a comunidade Haximu, na serra Parima (próxima à fronteira com a Venezuela) em Roraima, e executaram 16 indígenas, incluindo mulheres, crianças e idosos. A chacina, que ficou conhecida como Massacre de Haximu, deixou marcas profundas na população e foi considerada como crime de genocídio pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2006. Após a divulgação desse crime brutal, houve uma grande mobilização internacional em torno do problema do garimpo ilegal na Terra Yanomami, que culminou com a explosão de várias pistas de pouso clandestinas e a expulsão de milhares de garimpeiros no final da década de 1990. Todavia, lamentavelmente a onda de invasão garimpeira ao território dos indígenas nunca se interrompeu.

“...nós da Hutukara Associação Yanomami queremos convidar a Fiocruz para realizar um trabalho de pesquisa junto com a nossa associação para verificar se os Yanomami estão contaminados pelo mercúrio utilizado pelos garimpeiros que invadem a nossa terra.

São muitos os garimpeiros que trabalham ilegalmente em nossos rios e além do desastre ambiental e social que causam, nós desconfiamos que o nosso povo está sendo envenenado com o mercúrio utilizado pelos garimpeiros.”



Esse pedido resultou no projeto de pesquisa que avaliou a exposição de grupos indígenas ao mercúrio proveniente de atividades de mineração de ouro, na Terra Indígena Yanomami. A equipe da FIOCRUZ realizou um estudo nas aldeias da região de Paapiú e Waikás, no período de 16/11 a 03/12/2014. Essas regiões foram selecionadas por solicitação da Hutukara Associação Yanomami (HAY) devido à crescente invasão de garimpeiros. Ao todo foram avaliados 239 indígenas, para os quais se coletou dados demográficos e amostras de cabelo. Os grupos prioritários de interesse para avaliação foram as crianças e mulheres em idade reprodutiva e adultos (homens ou mulheres) com alguma história de contato com atividades garimpeiras de ouro na Terra Indígena. Também foram coletadas algumas amostras de peixes, habitualmente consumidos pela população, em locais indicados pela própria comunidade. As análises das amostras de cabelo realizadas no âmbito desta pesquisa indicam que existe exposição crônica ao mercúrio nas localidades investigadas. Foram identificados elevados níveis de mercúrio, principalmente em crianças e mulheres em idade reprodutiva, fato que gera uma ameaça permanente à saúde da população que habita aquela região. Além disso, já foi amplamente divulgada a desestruturação social e as consequências nefastas da presença de garimpeiros em áreas indígenas. Não é admissível pensar na possibilidade de um novo genocídio ocorrer como resultado de contatos desiguais e violentos entre garimpeiros e indígenas.

## 9. RIO XINGU

A instalação de hidrelétricas no rio Xingu é um projeto antigo, inicialmente apresentado ainda na ditadura militar. O primeiro estudo de inventário hidrelétrico da Bacia hidrográfica do Rio Xingu chegou a prever sete barramentos, com previsão de inundar terras indígenas e de populações tradicionais. Ao longo da década de 1980, o projeto foi repensado, transformando-se no Complexo Hidrelétrico de Altamira, que abarcava a usina hidrelétrica Kararaô (nome indígena kayapó). Após muita luta de ambientalistas e movimentos sociais, tendo como símbolos Raoni e Tuirá Kayapó, o projeto foi arquivado. Um momento importante desta luta foi o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, ocorrido em Altamira, em 1989. Durante as décadas de 1990 e 2000, o projeto foi reformulado, sendo posteriormente reapresentado, chamado agora de Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, configurando-se como um só barramento na Volta Grande do Rio Xingu. A obra tornou-se prioritária estratégica de governo. Em 2005, foi aprovado o Decreto Legislativo nº 1.785/05, autorizando a implantação da hidrelétrica. Em 2010, foi concedida pelo IBAMA a licença prévia; em 2011, a licença de instalação; e em 2015, a licença de operação. Uma série de ilegalidades aconteceu antes, durante e após o licenciamento e a construção do empreendimento. Durante todo este período, inúmeras violações de direitos ocorreram. A dinâmica de toda a região foi afetada, trazendo consequências ambientais e sociais, sendo os impactos para a população significativos. Conforme relatório do Conselho Nacional de Direitos Humanos de 2015, foi constatado desrespeito a direitos das populações atingidas pela implementação da UHE Belo Monte em diversos níveis: direito à informação e à participação; direito à justa negociação e tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados; direito à reparação prévia e justa de todas as perdas; direito à moradia adequada; direito à saúde, tendo havido um colapso no atendimento de saúde em Altamira; direito dos povos indígenas e tradicionais à posse permanente e usufruto exclusivo de suas terras; direito à melhoria contínua das condições de vida; direito de acesso à justiça; direito à liberdade de reunião, de associação e de expressão. Além disso, o índice de violência em Altamira aumentou consideravelmente, sendo a cidade brasileira com mais homicídios e mortes violentas sem causas determinadas dentre as cidades com mais de 100 mil habitantes, conforme o Atlas da Violência 2017. Dentre esta população atingida, destacam-se vários povos indígenas e populações tradicionais que, em maior ou menor grau, têm uma relação intrínseca ao rio Xingu e seus afluentes, construindo concepções próprias de existência e de

relação com a natureza. Altamira e região possuem uma das áreas de maior sociobiodiversidade do país. Há cerca de 12 terras indígenas em seu entorno: Paquiçamba (povo indígena Juruna); Arara da Volta Grande do Xingu (povo indígena Arara); Juruna do km 17 (povo indígena Juruna); Trincheira Bacajá (povo indígena Xikrin), Kararaô (povo indígena Kararaô), Araweté do Igarapé Ipixuna (povo indígena Araweté), Koatinemo (povo indígena Assurini), Cachoeira Seca e Arara (povo indígena Arara), Apyterewa (povo indígena Parakanã), Xipayá (povo indígena Xipayá) Kuruaya (povo indígena Kuruaya), além de uma área de restrição de uso em decorrência da existência de indígenas em isolamento voluntário (Terra indígena Ituna-Itatá). Há ainda 5 unidades de conservação federais e 2 unidades de conservação estaduais, onde moram populações ribeirinhas, mais conhecidos como “beradêros”. Além do território destas áreas protegidas, há também indígenas e ribeirinhos que moram ao longo do leito do Rio Xingu. Constitui uma grande diversidade de povos, cada um com seu modo de ver o mundo, sua organização, sua cultura, seu modo de vida. Dimensionar o que representa a construção de um empreendimento desta monta em uma região com tanta sociobiodiversidade é extremamente complexo. Para povos indígenas e populações tradicionais, representou perdas irreparáveis ao seu modo de vida e ao seu território.

O aumento do desmatamento, invasões de madeireiros e grileiros em áreas protegidas, a grande mortandade de peixes, a alteração da vazão do rio, dificuldade de transporte através do rio, perda da soberania alimentar, a expulsão de ribeirinhos das ilhas onde sempre viveram e de onde tiravam seu sustento: são muitas as alterações ocorridas nas áreas protegidas e no modo de vida das populações tradicionais. A consulta livre, prévia e informada, direito garantido na Convenção 169 da OIT, foi desconsiderada em vários momentos do processo. No caso dos ribeirinhos, foi ainda mais grave: muitos foram completamente invisibilizados. Um exemplo foi a forma como o reassentamento de indígenas e ribeirinhos, que viviam às margens ou em ilhas do Rio Xingu, aconteceu. Em relação aos povos indígenas, o Ministério Público Federal usa o termo “ação etnocida” para se referir ao que aconteceu. Além da UHE Belo Monte, novos perigos se apresentam. Está em discussão a implantação de um projeto de mineração, também na região da Volta Grande do rio Xingu, de aproximadamente 150 toneladas de ouro, a ser executado pela empresa canadense Belo Sun. Caso, de fato, seja concedida a licença, os impactos serão ainda mais devastadores numa região já muito afetada.

Mas não é somente Belo Monte que ameaça as águas do Rio Xingu. Na região do Alto Rio Xingu está situado um imenso corredor de diversidade socioambiental do qual fazem parte o Parque Indígena do Xingu, criado em 1961, terras indígenas demarcadas ao longo das décadas de 80 e 90 e unidades de conservação. O Corredor Xingu, como é conhecido, está cada vez mais ameaçado pelas frentes de expansão do agronegócio e pela exploração ilegal de madeira, além de diversas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) que, em conjunto com a UHE Belo Monte, trazem impactos cumulativos a toda a Bacia.

Em março de 2017, lideranças de povos que vivem no Parque Indígena do Xingu (PIX) denunciaram ao Ministério do Meio Ambiente as ameaças aos principais rios que cortam seu território e que têm suas nascentes fora da área protegida, em áreas transformadas em monocultura de soja. O PIX é uma verdadeira ilha de floresta que contém o desmatamento na região. No entanto, os efeitos da degradação e do agrotóxico utilizado nas grandes fazendas já chegou aos limites do parque e são sentidos pelos 16 povos que lá habitam. As águas dos rios que nascem fora do PIX, como o Sete de Setembro, Tangurinho, Suiá Missu, Curizevu, Mirassol, Tuatuari, Batovi, Ronuro, Steni, Arraia, Manito e rio Preto estão cheias de agrotóxicos, enfrentam assoreamento e desmatamento em suas cabeceiras.

Os Povos Originários observam, ainda, que o represamento da água pelas PCHs impede a livre passagem dos peixes e interfere na reprodução e manutenção das espécies. Diante de todas essas ameaças, os povos do PIX não conseguem mais acompanhar os regimes de seca e cheia dos rios e percebem que suas lagoas naturais, importantes biomas para a reprodução dos peixes, não enchem mais como antigamente.

## 10. COSTEIRO-MARINHO

As zonas costeiras devem ser compreendidas de forma peculiar, pois são complexas e envolvem a interface e interação de domínios ambientais com fluidez entre aspectos sociais, culturais e econômicos em um espaço relativamente compacto, o que gera competição por recursos e espaços de forma nítida. Isso confere um caráter de adensamento populacional e de atividades econômicas na zona costeira que reforça a designação tipológica diferenciada nas formas de ocupação e uso do solo e da água. A zona costeira brasileira compreende uma faixa territorial de aproximadamente 8.698 km de extensão de costa, consideradas as suas reentrâncias, onde habita cerca de 30% da população brasileira em mais de 400 municípios. Além disso, mais da metade dos brasileiros reside a não mais de 200 km do mar, sofrendo influência direta ou indireta de seus aspectos socioeconômicos e ambientais. Os processos de flexibilização da legislação ambiental e a privatização da água marinha têm se intensificado no Brasil, principalmente a partir da crise econômica mundial de 2008. Esses processos têm ocorrido por estratégias de acumulação de capital que são centradas no controle sobre o uso e os benefícios dos espaços e dos bens naturais.

Nesse sentido, as formas de privatização da água e dos espaços associados ao ambiente marinho ocorrem em uma ampla variedade de contextos, como em águas marítimas e costeiras, águas continentais, deltas e zonas úmidas, manguezais e recifes de corais.

No que se refere à economia, a orla marítima brasileira está sujeita a vetores de desenvolvimento em franco processo de expansão, dentre os quais destacam-se o turismo de massa, a mineração, o agronegócio, a indústria madeireira de reflorestamento, as salinas, a pesca industrial, a aquicultura e a pecuária intensivas, a implantação de parques eólicos, as grandes estruturas industriais, portuárias e logísticas, e a exploração petrolífera offshore, possuindo características específicas para cada região brasileira. Ademais, tem-se a criação de zonas marinhas protegidas que muitas vezes excluem as populações mais vulneráveis e dependentes dos bens naturais das áreas adjacentes. Os anexos retratam principalmente a realidade da pesca artesanal, devido à importância que a atividade tem na região costeira do país, e especialmente pela vulnerabilidade do grupo social de pescadores e pescadoras artesanais, uma vez que dependem diretamente do uso dos espaços e bens naturais para sua sobrevivência. Essas comunidades pesqueiras artesanais envolvem um contingente populacional de aproximadamente 800 mil pescadores e pescadoras no Brasil, além de mais

de 2 milhões de pessoas que trabalham direta ou indiretamente em toda cadeia produtiva associada, com produção de 55% do volume pesqueiro nacional.

## Referências

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Relatório de Impacto Ambiental, RIMA, 2004, 136p. Projeto de integração do rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional.

RELATÓRIO DA MISSÃO À PETROLINA E REGIÃO DO RIO SÃO FRANCISCO (PE) Violações de Direitos Humanos de Comunidades Quilombolas e Ribeirinhas, Povos Indígenas e famílias assentadas de reforma agrária às margens do rio São Francisco. Plataforma Dhesca [http://www.mabnacional.org.br/materiais/230211\\_relatorio\\_missao\\_terra\\_saofrancisco.pdf](http://www.mabnacional.org.br/materiais/230211_relatorio_missao_terra_saofrancisco.pdf)

MENEZES, A. C. S. ROCHA, F. A Resistência à Transposição do Rio São Francisco na Paraíba: Histórias de luta em defesa da terra, das águas e dos povos do nordeste. Frente paraibana em defesa da terra, das águas, e dos povos do Nordeste. João Pessoa. Ed. Sal da Terra. 2010,76 p. ISBN978-85- 98035-81- 9.

IPEA. CASTRO, Cesar Nunes. Impactos do projeto de transposição do Rio São Francisco na agricultura irrigada no Nordeste Setentrional. Rio de Janeiro. Janeiro. 2011. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1362/1/TD\\_1573.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1362/1/TD_1573.pdf)

MENEZES, Adriana. Gestão das águas e soluções técnicas tradicionais são alternativas à transposição. [http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observafundaj/gesto\\_das\\_aguas.pdf](http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observafundaj/gesto_das_aguas.pdf)

GONÇALVES, Glaciene. Vulneração e conflitos territoriais em área de abrangência do Projeto de Integração do Rio São Francisco: análise nas Etnias Truká, kambiwá e Pipipã, Pernambuco. Simpósio. Ministério da Saúde. Fio Cruz. Belo Horizonte. 2014

SILVA, Flávia Adriane Oliveira da Silva. Por uma gestão das águas na bacia hidrográfica do Rio Murucupi, Barcarena – PA. Dissertação de Mestrado apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará. Belém, PA. 2012.

## ANEXOS – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

### I – Acervo documental

N <sup>o</sup>	Tipo do materia l	Título	Nome do arquivo	Pasta	Região
1	Dossiê	Conflitos socioambientais e violações de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil	ANEXO 1 - Conflitos_socio_ambientais_na_pesca.pdf	Dossiês	Litoral do Ceará, litoral de Pernambuco, litoral do Rio Grande do Norte, litoral do Maranhão, litoral do Piauí, baixo Amazonas e Marajó no Pará, litoral do Rio de Janeiro, litoral de Alagoas, litoral de Santa Catarina, litoral do Espírito Santos, litoral da Bahia
2	Dossiê	Bacia do Rio Tapajós	DOSSIE FAMA Bacia do rio Tapajós_vf.docx	Dossiês	Rio Tapajós
3	Dossiê	Violações aos territórios tradicionais e crimes à água na zona costeira e oceânica	Dossiê PCTs - Zona Costeira e oceanos.pdf	Dossiês	Zona costeira e oceânica do Brasil
4	Dossiê	Rio São Francisco	Rio São Francisco.docx	Dossiês	Rio São Francisco
5	Dossiê	A expulsão de Ribeirinhos em Belo Monte	A expulsão dos ribeirinhos.pdf	Dossiês	Belo Monte
6	Dossiê	Mineração, violência e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil	EBOOK_MineraçaoViolenciaResistencia(1).pdf	Dossiês	Rio Doce
7	Dossiê	Barragens e povos indígenas no Rio Teles Pires	Dossiê_Teles_Pires_Final_09jun2017_reduzido.pdf	Geral	Rio Teles Pires
8	Relatório	Relatório técnico -	ONG17-JAR-RT-ESG-TEKOAYTU-R00.pdf	Geral	Pico do Jaraguá, SP



		Diagnóstico sistema de tratamento de efluentes aldeia Tekoa Ytu			
9	Dossiê	Barcarena - Bacia do Rio Murucupi	Barcarena dossiê FAMA.docx	Geral	Rio Murucupi
10	Agravo de instrumento	Agravo de instrumento - Belo Monte	Agravo de instrumento - Belo Monte.doc	Contribuições	Belo Monte
11	Dossiê	DOSSIÊ FAMA: AQUÍFERO GUARANI	Aquifero Guarani FAMA REVISADO.docx	Contribuições	Aquífero Guarani
12	Dossiê	DADOS AGUA E MEIO AMBIENTE - DOSSIE FAMA	DADOS AGUA E MEIO AMBIENTE - DOSSIE FAMA.docx	Contribuições	Brasil
13	Dossiê	Dossiê: Violações dos direitos dos povos originários, populações e comunidades tradicionais e crimes contra a água	DOSSIE - AGUAS - FAMA.docx	Contribuições	Brasil
14	Dossiê	Por que não se pode privatizar o Aquífero Guarani	por que não se pode privatizar o Sistema Aquífero Guarani.docx	Contribuições	Aquífero Guarani
15	Notícia	Coronel David participa de audiência que regulamenta proteção às cabeceiras do Pantanal	audiência pública "Salve as Cabeceiras do Pantanal".pdf	Contribuições	Rio Aquidaban (Bonito e Porto Murtinho/MS)
16-23	Imagem	Imagens da enchente em aldeia em São Joao, em 2011 (8 imagens)	Enchente Aldeia São João 2011_(-07).JPG	Contribuições	Rio Aquidaban (Bonito e Porto Murtinho/MS)
24	Notícia	Fazendeiros do Mato Grosso do Sul querem	Fazendeiros do Mato Grosso do Sul querem mudar lei que protege Bonito - ÉPOCA _ Blog	Contribuições	Rio Aquidaban (Bonito e Porto Murtinho/MS)

		mudar lei que protege Bonito	do Planeta		
25	Monografia	Percepção ambiental da comunidade indígena Kadiwéu para as alterações do alto curso do Rio Aquidaban, Bonito/Porto Murtinho - MS	PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA COMUNIDADE INDÍGENA KADIWÉU PARA AS ALTERAÇÕES DO ALTO CURSO DO RIO AQUIDABAN, BONITO/PORTO MURTINHO - MS.pdf	Contribuições	Rio Aquidaban (Bonito e Porto Murtinho/MS)
26	Notícia	Povo Kadiwéu pede socorro: enchente arrasta ponte do Rio Aquidabã na MS 382 e aldeias ficam isoladas	Povo Kadiwéu pede socorro_ enchente arrasta ponte do Rio Aquidabã na MS 382 e Aldeias ficam isoladas - A Voz Indígena.pdf	Contribuições	Rio Aquidaban (Bonito e Porto Murtinho/MS)
27	Mapa	Rio Aquidaban - Bonito MS	Rio Aquidaban - Bonito MS.jpg	Contribuições	Rio Aquidaban (Bonito e Porto Murtinho/MS)
28-31	Vídeo	Vídeo de enchente do Aquidaban (3 vídeos)	Vídeo enchente do Aquidaban_( - 3)2013.mp4	Contribuições	Rio Aquidaban (Bonito e Porto Murtinho/MS)
32	Laudo técnico	Minorias. Comunidade tradicional. Conflito com a Marinha. Ilha do Medo. São Luís/MA. Vistoria	<a href="#">Ilha do Medo - MA.pdf</a>	Estudos	Baía de São Marcos/MA
33	Inquérito civil	Inquérito Civil n. 1.20.004.000150/2014-49	<a href="#">Retireiros do Araguaia.pdf</a>	Estudos	Araguaia/MT
34	<a href="#">ação civil</a>	Ação Rio Doce	<a href="#">Ação Rio Doce.pdf</a>	Estudos	Rio Doce/MG ES
35	ação civil	ACP FT Rio Doce	<a href="#">Inicial de ACP FT Rio Doce.pdf</a>	Estudos	Rio Doce/MG ES
36	Laudo técnico	Mariana I	<a href="#">Mariana I.pdf</a>	Estudos	Rio Doce/MG ES
37	Laudo técnico	Mariana II	<a href="#">Mariana II.pdf</a>	Estudos	Rio Doce/MG ES
38	Parecer	Mariana III - Krenak	<a href="#">Mariana III - Krenak.pdf</a>	Estudos	Rio Doce/MG ES
3	Perícia	Maraiwatsede	<a href="#">Maraiwatsede.pdf</a>	Estudos	São Marcos, em Barra

9	Antropológica				do Garças/MT
40	Laudotécnico	Morro do Pilar MG/ES	<a href="#">Morro do Pilar MG-ES.pdf</a>	Estudos	Rio Doce/MG ES
41	Dossiê	Dossiê Belo Monte	<a href="#">1 versão - Dossie Belo Monte.doc</a>	Estudos	Rio Xingu/PA
42	Agravo de instrumento	Agravo de instrumento - Belo Monte	<a href="#">Agravo de instrumento - Belo Monte.doc</a>	Estudos	Rio Xingu/PA
43	Apelação	Apelação - Belo Monte - cadastro	<a href="#">Apelacao Belo Monte - cadastro.doc</a>	Estudos	Rio Xingu/PA
44	Apelação	Apelação - Belo Monte - remoção	<a href="#">Apelação Belo Monte - remoção.doc</a>	Estudos	Rio Xingu/PA
45	Apelação	Apelação - Belo Monte	<a href="#">Apelação Belo Monte.pdf</a>	Estudos	Rio Xingu/PA
46	ação civil	Inicial de ACP	<a href="#">Inicial de ACP - Cota 100.doc</a>	Estudos	Rio Xingu/PA
47	Notícia	Agrotóxico de salvador da lavoura a aliado incômodo	<a href="#">Agrotóxico de salvador da lavoura a aliado incômodo - Nexo Jornal.pdf</a>	Estudos	-
48	Documento	Panorama da Contaminação Ambiental por Agrotóxicos e Nitrato de origem Agrícola no Brasil: Cenário 1992/2011	<a href="#">Doc98.pdf</a>	Estudos	-
49	Documento	Estudo sobre contaminação por agrotóxicos no Brasil	<a href="#">Estudo sobre contaminação por agrotóxicos no Brasi...está disponível para download - Portal Embrapa.pdf</a>	Estudos	-
50	Notícias	A tortuosa concessão das águas de Caxambu e Cambuquira	O Beltrano.pdf	Contribuições	Caxambu e Cambuquira/MG
51	Notícias	El Fondo de um río que desemboca en el Paraná tiene más glifosato	_foroambiental.pdf	Contribuições	Bacias do Prata

		que un campo de soja			
5 2	Notícias	Agrotóxicos e a poluição das águas	EcoDebate.pdf	Contribuições	Bacia do Prata
5 3	Notícias	Exames apontam que atingidos pela Samarco estão contaminados por níquel e arsênio	Água e energia não são mercadorias!.pdf	Contribuições	Rio Doce/MG ES
5 4	Notícias	Agrotóxicos: Rio Juruena contaminado	_Combate ao racismo Ambiental.pdf	Contribuições	Rio Juruena
5 5	Notícias	Rio na Paraíba muda de cor após receber água poluída, diz pescador	notícias da paraíba.pdf	Contribuições	Rio Gramame/PB
5 6	Notícias	Chuva de veneno ameaça parques nacionais	Jornal O Globo.pdf	Contribuições	Parques nacionais RJ
5 7	Notícias	Nascentes da Crise	<a href="https://docs.google.com/document/d/1VNj0lvgIRPsAyerZiFTsYkDH9xnl6W-9u-gGgf0iBzE/edit?usp=sharing">https://docs.google.com/document/d/1VNj0lvgIRPsAyerZiFTsYkDH9xnl6W-9u-gGgf0iBzE/edit?usp=sharing</a>	Contribuições	-
5 8	Notícias	Filtro de Barro brasileiro é o mais eficiente do mundo	Só Biologia. pdf	Contribuições	-
5 9	Notícias	Garrafa de água invadora purifica água contaminada	_inovação e criatividade para todos.pdf	Contribuições	-
6 0	Notícias	Intoxicação por agrotóxicos e tentativas de suicídio: Realidade preocupante	MPA Brasil.pdf	Contribuições	-
6 1	Notícias	Intoxicação por agrotóxicos na região Sudoeste do Paraná	Intoxicação por agrotóxicos na região Sudoeste do Paraná.pdf	Contribuições	-
6 2	Notícias	Mortalidade por suicídio no	Mortalidade por suicídio no Estado do Paraná segundo meios	Contribuições	-

		Estado do Paraná segundo meios utilizados: uma análise epidemiológica	utilizados.pdf		
63	Notícias	Pesquisa liga agrotóxicos ao suicídio	O Jornal do Paraná-Brasil.pdf	Contribuições	-

## II – Acervo de vídeos - Filmes e documentários

O Reality “Nascentes da Crise” é um projeto áudio-visual de pesquisa científica e espiritual que relaciona o ciclo das águas na América do Sul com as mudanças climáticas. O conteúdo investigado, durante os trabalhos em campo, é apresentado em tempo real por meio das mídias sociais pelo jornalista e ambientalista Diego Gazola. O autor de 18 livros sobre cidades e regiões pelo Brasil e o mundo, nos últimos 16 anos pesquisou mais de 1.200 municípios em todos os Estados brasileiros e em cerca de 35 países pelo mundo. O material compilado é sintetizado por meio de uma série de filmes captados com celular e que originou, até o momento, a três videodocumentários divididos por etapas, em seis países: Brasil, Peru, Uruguai, Argentina, Chile e Bolívia.

A primeira etapa, produzida em setembro de 2014, entre o Acre e o Peru, é balizada no conteúdo do relatório 'O Futuro Climático da Amazônia' do cientista Antonio Donato Nobre (INPE). Segundo o estudo, a umidade amazônica “faz uma curva” ao se chocar com a Cordilheira dos Andes naquela região, e desce o continente banhando a parte centro-sul da América do Sul, principalmente durante o verão hemisférico. A expedição apresenta três rotas que conectam os Andes à Amazônia: Estrada de terra pelo Parque Nacional del Manu, estrada asfaltada Interoceânica e o rio Urubamba que conecta Machu Picchu à Grande Floresta. O filme (15’44”) está disponível no site, ou diretamente por meio do link: <https://youtu.be/l3dSeqkIEZY>

A segunda etapa, produzida dezembro de 2016, abordou a foz do Rio da Prata na fronteira entre o Uruguai e a Argentina. Ali se encontra a segunda maior desembocadura de água doce da América do Sul. A região recebe praticamente a totalidade das águas “exportadas” pela Amazônia por meio dos “rios voadores” e são drenadas através de dezenas de rios do centro-sul da América do Sul. A Expedição apresenta ainda duas das dezenas de comunidades em ilhas no meio do Rio da Prata, assim como uma passagem por Dolores, cidade que foi devastada por um dos mais impactantes tornados que já ocorreram na América do Sul. O filme (14’40”) está disponível no site, ou diretamente por meio do link: <https://youtu.be/Em0H13MAdtQ>

Já a terceira etapa, foi produzida em abril de 2017, nela foi investigada o deserto mais árido do planeta. Localizado no norte do Chile, o Atacama está na mesma latitude média da cidade de São Paulo e de praticamente toda a região sudeste do Brasil. Nessa mesma latitude, na altura do Trópico de Capricórnio, estão outros grandes desertos do Hemisfério Sul como o Central da Austrália na Oceania e o Kalahari que compreende parte da Namíbia, Botswana, África do Sul e Angola na África. O videodocumentário expõe reflexões sobre o gradativo, desconhecido e quase silencioso processo de desertificação do centro-sul da América do

Sul. O filme (8'34'') está disponível no site, ou diretamente por meio do link: <https://youtu.be/GDt8-GQsvoE>

Já a quarta etapa foi dividida em duas fases no território da Bolívia.

A primeira fase, em maio de 2017, aborda a região da Amazônia mais ao sul da América do Sul. Na região de Santa Cruz de la Sierra, que está na mesma latitude média de Goiânia, acontece o encontro entre os biomas andino, amazônico e chaco. Há séculos, populações tradicionais já tinham o conhecimento da relevância geográfica e espiritual daquela localidade, e dali fizeram um centro geopolítico e de rituais de gratidão à natureza em Samaipata. Essa mesma fase da quarta etapa explora entre outros locais, Potosí. Dali, durante o período colonial foram extraídas pelos espanhóis, a maior parte da prata do continente americano e uma parcela considerável foi escoada para a Europa por meio da rota via o Rio da Prata. Sincronicamente a cidade está na mesma latitude média do trecho entre Ouro Preto e Diamantina, palco da exploração do ouro no Brasil português. O videodocumentário aborda ainda, as regiões onde se encontram as nascentes amazônicas mais ao sul do continente: Sucre, Cochabamba, Villa Tunari e Buena Vista. Esse filme ainda se encontra em edição.

A segunda fase da quarta etapa foi produzida em janeiro de 2018. O Reality partiu novamente de Santa Cruz de la Sierra, porém seguindo em direção ao norte, para a região amazônica do Beni. Ali se encontram centenas de lagoas artificiais enigmáticas conhecidas como de Moxos, que teriam sido arquitetadas há milhares de anos. Os rios Mamoré e Beni estão entre os principais que formam o rio Madeira, o corpo d'água que em Rondônia, por meio de seus períodos de cheia, potencialmente reflete a umidade que deixa de migrar para o centro-sul da América do Sul, potencializando as secas cada vez mais severas na região. Para isto, a expedição cruzou a mais intransitável das estradas bolivianas. O videodocumentário expõe também a transição entre a Amazônia e os Andes subindo até La Paz e o Lago Titicaca, passando pelo berço de uma das civilizações mais antigas do continente: Tihuanaco que posteriormente emergiu como os Incas. Esse filme também ainda se encontra em edição.

Para mais informações: [www.nascentesdacrise.com.br](http://www.nascentesdacrise.com.br) . Siga também pela hashtag #NascentesdaCrise

Invisíveis – Filme – André Monteiro  
<http://beiras.eita.org.br/item/invisiveis/>

Globo Repórter - Rio São Francisco(2016)  
<https://www.youtube.com/watch?v=a6ZAPFWA98I>

Transposição do Rio São Francisco – Fernando Gabeira- 19/03/2017 -  
GLOBO NEWS  
<https://www.youtube.com/watch?v=tQ7V7JH4zMs>